X Encontro Nacional de Economia Política

TROPAS CONDUZIDAS PELO REGISTRO DE ITAPETININGA E O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE MUARES, 1854-69

Autor: Carlos Eduardo Suprinyak – Mestrando em Economia/Unesp

Área temática: História Econômica e Economia Brasileira

Sub-área: História Econômica e Social Brasileira

Resumo: O presente artigo oferece novas perspectivas em relação ao comércio de tropas de muares no Brasil imperial, utilizando a herança documental do registro de Itapetininga – parte do sistema de arrecadação dos direitos sobre animais da província de São Paulo. Após discutir as estimativas elaboradas até hoje e as características da documentação do registro, apresentamos a série estatística elaborada com base nesta, que cobre o período 1854-69. Discute-se, a partir desta, a evolução do negócio, suas oscilações e tendências, além de compará-la à série elaborada por Herbert Klein com base na documentação do registro de Sorocaba. Além disto, apresentamos também um estudo sobre os padrões de concentração do comércio e sua evolução ao longo do período, com base na análise da distribuição das tropas conduzidas pelo registro de acordo com seu tamanho.

Palavras-chave: muares; registro de Itapetininga; comércio de animais de carga; Brasil Império; mercado interno.

Abstract: This article offers new perspectives concerning the market for mules in imperial Brazil, using the records left by the Itapetininga fiscal station – part of the tax collecting system in the province of São Paulo. After discussing some estimates available so far and the characteristics of the set of records employed, we present the statistical series elaborated upon it, covering the period 1854-69. We discuss, on this ground, the business' evolution, its fluctuations and trends, also comparing it to Herbert Klein's series – which is based on the records left by the Sorocaba fiscal station. Besides, we present a study on the patterns of concentration on this market and its evolution over time, based on the analysis of the distribution of those herds that have passed through the station, according to their size.

Key words: mules; Itapetininga fiscal station; market for cargo animals; imperial Brazil; domestic market.

I – BREVE RETROSPECTO HISTÓRICO

Seria ocioso insistir sobre a fundamental importância das mulas sulistas como meio de transporte de carga para o complexo produtor do centro-sul do Brasil (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) durante o século XIX. Sobre este ponto parece haver um consenso longamente estabelecido em nossa historiografia, corroborado por nomes como Caio Prado Jr., Celso Furtado e Alfredo Ellis Jr., tendo-se dispensado bastante ênfase ao papel desempenhado pelo sistema de abastecimento destes animais seja na viabilização das atividades produtivas do centro-sul, seja no desenvolvimento das regiões meridionais do Brasil – em especial Rio Grande do Sul e Paraná. Surgido no século XVIII em função das necessidades da atividade mineradora, este sistema de abastecimento sobreviveria ao declínio dela, inserindo-se de forma orgânica no processo de diversificação produtiva e desenvolvimento das culturas canavieira e cafeeira ao longo do período imperial.

Embora a expansão da rede ferroviária brasileira ocorrida a partir de meados do século XIX tenha finalmente cerceado o desenvolvimento do negócio dos muares, impondo-lhe severo declínio com a proximidade do fim do período imperial, durante o seu apogeu este negócio atingiu proporções magníficas, a indicar quão notável teria sido sua relevância econômica[1]. Desenvolvendo-se em linha com o crescimento das produções de cana-de-açúcar e, principalmente, café, o comércio de bestas de carga oriundas do extremo sul atingiria o ápice nas décadas de 1850 e 1860, recrudescendo a partir de 1870 para desaparecer quase por completo ainda antes do final do século. Entretanto, enquanto funcionou propriamente, pode-se seguramente atribuir-lhe a responsabilidade pela geração de grandes volumes de renda e riqueza, apropriadas por significativas parcelas das populações gaúcha, paranaense e paulista.

A preferência pelas mulas em detrimento de outros animais no escoamento das produções da região central em direção aos portos de exportação explica-se, em grande medida, pela maior adaptabilidade deste animal às características acidentadas do relevo da

---

[1] Para que se tenha idéia da relevância fiscal dos direitos sobre os animais, considere-se o valor da receita provincial no ano financeiro 1860-61 como sendo igual a 1.299:110$116, conforme apresentado por COSTA (1984, p. 194). Neste mesmo ano financeiro, o valor total dos direitos sobre os animais passados por Itapetininga foi 156:833$820 – ou seja, mais de 12% do total da receita provincial.

região[2]. Tal aspecto, ao impedir a construção de estradas satisfatoriamente trafegáveis, inviabilizava a utilização dos carros de bois como meio de transporte de cargas. As mulas, embora mais lentas que os cavalos, mostravam-se mais resistentes do que estes, sendo capazes de transpor os obstáculos geográficos dos percursos mesmo quando carregadas com gêneros.

Se a demanda pelos muares assim se explica, o surgimento do extremo sul do Brasil como principal pólo ofertante destes animais também pode ser compreendido em termos geográficos. A região do Rio da Prata é composta por um conjunto de planícies altamente favoráveis à atividade pecuária. No caso especial das mulas, ELLIS JR. (1979, p. 85) afirma ser esta a região mais propícia de toda a América do Sul para sua criação. Acrescente-se a isto o fato de que, desde o século XVII, a criação de mulas já era desenvolvida na região visando o abastecimento da demanda por animais de carga nas minas de prata de Potosí. Com o declínio desta atividade mineradora, verificou-se o deslocamento de um complexo produtor em direção a novos centros consumidores – no caso, as áreas brasileiras empenhadas na mineração do ouro – com as evidentes vantagens decorrentes deste pioneirismo.

A existência, a meio caminho entre os pólos ofertante e demandante, de uma extensa área geográfica composta majoritariamente por planícies ideais para a pastagem de rebanhos – os Campos Gerais hoje pertencentes ao estado do Paraná – também contribuiu para estabelecer em bases bastante sólidas o sistema de abastecimento de muares vindos do sul com destino a São Paulo e demais regiões consumidoras. Após a exaustiva e desgastante viagem desde a região do Prata, atravessando os temidos "sertões lajeanos", as tropas podiam ser recuperadas e engordadas nas inúmeras estações de invernagem estabelecidas nos Campos Gerais, antes de serem remetidas para comercialização em feiras realizadas em território paulista – a principal delas localizada em Sorocaba. Tal arranjo estrutural acabou por ensejar o envolvimento dos habitantes dos Campos Gerais na aquisição e condução das tropas desde o Rio Grande do Sul, atividade pela qual se tornaram os principais responsáveis[3].

Formou-se e consolidou-se, assim, o sistema de comercialização dos muares do sul, cuja principal rota de abastecimento foi o chamado "caminho do Viamão", a ligar a cidade homônima – localizada em território gaúcho – à capital paulista, atravessando, em seu trajeto, as densas florestas catarinenses e as planícies dos Campos Gerais, e passando por cidades

[2] Ver, a esse respeito, PRADO JR. (2001, p. 208) e CALÓGERAS (1945, p. 1672).

[3] Ver WESTPHALEN (1995, p. 14)

como Vacaria, Lajes, Rio Negro, Ponta Grossa, Itapetininga e Sorocaba[4]. A primeira passagem de tropas pelo caminho deu-se a 1731, sob a responsabilidade de Cristóvão Pereira de Abreu[5], mas foi somente a partir do segundo quartel do século XIX – após a abertura da Estrada da Mata (ligando Lajes a Rio Negro) por obra de João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina[6] – que o volume de tropas por ele conduzido passou a crescer significativamente.

Em conseqüência do sensível aumento na quantidade de animais conduzidos pelo caminho, cresceu também a preocupação com a fiscalização e arrecadação de impostos sobre o florescente negócio. Inicialmente pertencentes à Fazenda Real – e por ela arrematados a terceiros[7] –, os direitos cobrados sobre os animais vindos do sul foram incorporados às receitas da província de São Paulo a partir de 1826[8]. Devido ao seu alto valor em comparação com outros impostos[9], a condução a bom termo de sua cobrança logo se tornou uma preocupação do governo provincial. Criou-se, desta forma, uma rede apropriada para tanto. Instituído em 1748 com esta função[10], o registro de Curitiba localizava-se em posto não favorável ao bom desempenho de suas funções, pois permitia que as tropas vindas do sul evitassem o pagamento dos direitos, desviando o registro a leste, através de rotas clandestinas que ligavam diretamente aos Campos Gerais[11]. Para contornar tal problema, fundou-se o registro do Rio Negro, localizado na saída da Estrada da Mata (único caminho para travessia

---

[4] Uma descrição sumária do caminho pode ser encontrada em PRADO JR. (2001, p. 252), enquanto que WESTPHALEN (1995, pp. 12-14) oferece uma descrição mais detalhada do mesmo.

[5] Ver MOREIRA (1975, p. 713).

[6] Ver, a respeito, MOREIRA (1975, pp. 717-733) e ALMEIDA (1947).

[7] Veja-se a respeito PETRONE (1976) e LAVALLE (1974, p. 21).

[8] Cf. LAVALLE (1974, p. 20).

[9] Valores dos direitos devidos sobre os animais soltos (i.e., sem carga): muares: 2$500; cavalos: 2$000; éguas: $960; reses: $480. Cf. disposição de 17 de dezembro de 1768, no contrato do registro de Curitiba, apud. WESTPHALEN (1995, p. 14). Estes valores permaneceram constantes durante todo o período imperial. A título de comparação, o valor do "novo imposto", cobrado sobre os muares em Sorocaba, era de $320 em 1836, cf. MULLER (1978, p. 209).

[10] Ver WESTPHALEN (1995, p. 14).

[11] Cf. LAVALLE (1974, pp. 21-22).

dos sertões da região de Santa Catarina com destino ao sul), às margens do rio homônimo, passando este a ser o responsável pela emissão das guias para cobrança dos direitos[12] a partir de 12 de agosto de 1829[13].

As guias para recolhimento dos direitos sobre as tropas foram emitidas pelo registro do Rio Negro até meados da década de 1850, quando, na iminência da emancipação da província do Paraná, o governo provincial paulista determinou nova transferência na localização do registro através da lei provincial nº 10 de 7 de maio de 1851. Localizado em Itapetininga, província de São Paulo, o novo registro iniciou suas atividades a 15 de janeiro de 1854[14], logrando o governo paulista evitar que a nova província se apoderasse da cobrança dos valiosos direitos. O registro de Itapetininga seria o responsável pela emissão das guias até princípios da década de 1870, quando o comércio dos muares já começava a se desorganizar em função da chegada das ferrovias. A contribuição ao estudo da matéria a ser oferecida pelo presente artigo está fundamentada nos registros de passagem de tropas por este registro.

II – SÉRIES DISPONÍVEIS

Ao longo das últimas décadas, foram empreendidas algumas tentativas de mensuração da magnitude do comércio dos muares vindos do sul com destino a São Paulo. Superando estimativas pioneiras – e precárias – aventadas por Aluísio de Almeida[15], pesquisas

---

[12] O sistema de arrecadação dos direitos sobre os animais vindos do sul possuía características bastante peculiares. Devido provavelmente à escassez do meio circulante, o imposto não era recolhido no local do registro. Ao passar por este, o condutor apenas recebia uma guia que registrava informações sobre sua tropa, e que devia ser paga em Sorocaba dentro de prazo determinado.

[13] Segundo LAVALLE (1974, p. 26). Há controvérsia com relação a este ponto. MOREIRA (1975, p. 857), por exemplo, afirma que a transferência do local do registro só foi efetivada com a promulgação da lei provincial nº 11, de 24 de março de 1835.

[14] Cf. LAVALLE (1974, p. 27).

[15] As estimativas atribuídas a Aluísio de Almeida por ELLIS JR. (1950) em seu artigo clássico foram freqüentemente citadas, embora sua verossimilhança seja bastante questionável. O próprio Ellis menciona que

mais recentes, através de esforços de seriação de fontes documentais do período, conseguiram oferecer um quadro mais preciso acerca das dimensões e da evolução deste negócio.

O trabalho mais antigo a oferecer informações quantitativas confiáveis quanto ao volume de animais conduzidos pelo caminho do Viamão é o de LAVALLE (1974), embora tenha sido pouco divulgado até o momento. Sua base documental são os livros do registro do Rio Negro, onde as guias para pagamento dos direitos sobre os animais vindos do sul foram emitidas de 1829 a 1854. As informações, de natureza bastante homogênea, encontram-se disponíveis para a quase totalidade do período, à exceção do ano financeiro de 1831/2 e de alguns anos ao fim da década de 1840 e princípio da década de 1850. O volume de animais conduzidos a Sorocaba, de acordo com sua estimativa, oscilou entre 10 e 17 mil bestas nos primeiros anos da década de 1830, chegando a 20 mil em meados da década e ultrapassando 40 mil animais já na segunda metade desta. Manter-se-ia entre 25 e 40 mil animais até o final do período, apresentando grande oscilação ano a ano (LAVALLE, 1974, pp. 125-149).

É importante ressaltar que, ao elaborar sua série estatística, Lavalle compilou apenas as informações relativas às "tropas guiadas" – isto é, aquelas tropas que se dirigiam à feira de Sorocaba. Isto significa que os números por ela estimados não contabilizam os animais vindos do sul que foram comercializados na região dos Campos Gerais, ao sul de Sorocaba. Segundo ela, o volume deste comércio "a formiga" , como era chamado, não chegaria a 5% do total das tropas transacionadas em um ano financeiro dado (LAVALLE, 1974, p. 10).

Ainda na década de 70, PETRONE (1976) também empreendeu uma tentativa de mensuração do volume de animais negociados na região de Sorocaba, baseando-se para tanto na documentação pessoal de Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape. Conseguiu, desta forma, estimar com bastante precisão o número de muares negociados na feira de Sorocaba a

---

estas estimativas não haviam sido publicadas até então, ao passo que, em trabalho publicado posteriormente, o próprio Aluísio de Almeida proporia outros números bastante diversos. Não se sabe ao certo qual foi a base documental utilizada por Almeida na elaboração das estimativas referenciadas por Ellis. De qualquer forma, elas estão em clara divergência com todas as evidências documentais desde então encontradas.

princípios da década de 1820. Seu levantamento baseia-se nos livros de cobrança do Novo Imposto e do Imposto de Guarapuava, ambos cobrados sobre a passagem de tropas de animais soltos, e que foram arrematados por Prado durante o triênio 1820-22 – período bastante reduzido, porém de valioso auxílio ao fornecer indicações mais precisas sobre o estado dos negócios no início do período imperial. Suas estimativas para o período oscilam entre 14 e 21 mil animais por ano, aproximadamente.

Em trabalho mais recente, KLEIN (1989) construiu uma série de volumes negociados com base nos livros do registro de Sorocaba. Sua série, mais abrangente, cobre o período 1825-1880. As estimativas de Klein tendem a confirmar a linha de evolução tradicionalmente estabelecida, com ascensão contínua no volume negociado até a década de 1860 e queda abrupta a partir da década de 1870 – a média anual caindo de 40 para 17 mil animais de um decênio para o outro (KLEIN, 1989, pp. 370-372). O autor, entretanto, não compilou as informações disponíveis nestes livros ano a ano, valendo-se de alguns anos selecionados para estimar as proporções entre os diversos tipos de animais e sua mudança ao longo do tempo, compondo a série através da combinação destas proporções com os valores recolhidos em impostos (p. 354). Vale ainda lembrar que os registros utilizados por Klein são os do "Novo Imposto de Animais" – uma espécie de taxa de barreira, também utilizada por Petrone, porém de natureza diversa dos direitos sobre animais que compõem a base documental de Lavalle[16].

III – A SÉRIE DE ITAPETININGA

A – Herança documental

O corpo documental legado pelo registro de Itapetininga – onde as guias para cobrança dos direitos sobre animais vindos do sul foram emitidas de 1854 até princípios da

[16] Vide notas 9 e 12.

década de 1870 – é bastante extenso, completo e rico em informações[17]. Além de correspondências e escriturações contábeis, ele é composto por seis tipos básicos de documentos: livros de barreira do registro de Itapetininga e suas agências, onde são registradas as passagens de animais carregados com gêneros, que pagam apenas a correspondente taxa de barreira; livros de direitos pagos à vista, que registram os direitos sobre animais não destinados à feira de Sorocaba, sobre os quais o direito era recolhido no próprio registro; livros de termos de fiança das tropas guiadas, que reproduzem os documentos de fiança das tropas conduzidas a Sorocaba; segundas vias das guias emitidas para pagamento dos direitos em Sorocaba; mapas dos direitos pagos à vista e das tropas guiadas, que representam de forma reduzida e sistemática a movimentação das tropas nestas duas modalidades de recolhimento dos direitos. Os diversos documentos estão disponíveis, com falhas ocasionais, para todo o período 1854-1869, à exceção dos mapas de direitos à vista, cujos exemplares mais antigos encontrados referem-se ao ano de 1861.

Para os propósitos de mensuração do comércio de animais, os livros de barreira são dispensáveis, pois registram tão somente o movimento de animais carregados. Os demais documentos podem ser divididos em dois grupos, de acordo com a modalidade de recolhimento dos direitos a que se referem: tropas guiadas ou direitos pagos à vista. Os pertencentes ao primeiro grupo dizem respeito aos animais cujo destino é Sorocaba, onde serão recolhidos os direitos. Já aqueles integrantes do segundo grupo se referem, muito provavelmente, às tropas a serem comercializadas na região dos Campos Gerais, ao sul de Sorocaba[18].

---

[17] Estes documentos encontram-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo, sob o título "Livros de Barreiras – Itapetininga".

[18] LAVALLE (1974, p. 8) chega a afirmar que a diferenciação entre o pagamento à vista e aquele efetuado com guias estava baseada no valor dos direitos (se o valor total fosse inferior a 50$000, recolhia-se à vista). Entretanto, isto parece ser mais uma correspondência *ex post* do que um critério de separação. A própria autora afirma, mais adiante, que os direitos à vista estavam em sua maior parte relacionados a tropeiros da região dos Campos Gerais sem ligação com a feira de Sorocaba (LAVALLE, 1974, p. 10). Além disto, a existência de um

No presente trabalho, optou-se por utilizar apenas as informações relativas às tropas guiadas, isto é, aos animais com destino a Sorocaba. Esta escolha está fundamentada, basicamente, em dois aspectos. Em primeiro lugar, os registros de direitos pagos à vista apontam para um padrão de comportamento sazonal bastante diverso daquele apresentado pelas tropas guiadas, com uma distribuição mais uniforme do fluxo ao longo do ano. Isto posto, e tendo-se em mente que estes animais estavam, na hipótese mais provável, relacionados a um comércio local de menores proporções, sua inclusão na série acabaria por distorcer os resultados, afastando-a de uma aferição mais pura do fluxo de animais vindos do sul com destino aos mercados de São Paulo e regiões mais ao norte. Em nossa opinião, os registros de direitos pagos à vista merecem ser analisados separadamente com a devida atenção – trabalho que demandará razoável esforço – antes de serem integrados às tropas guiadas numa análise mais abrangente do mercado de muares.

Em segundo lugar, a exclusão dos direitos pagos à vista na construção da série permitirá uma confrontação mais direta entre esta e as demais estimativas disponíveis. Na construção de sua série, LAVALLE (1974, pp. 7-10) excluiu explicitamente os registros de direitos pagos à vista, atendo-se unicamente aos livros de tropas guiadas. Sua abordagem, partindo de um conjunto documental análogo, assemelha-se muito à nossa. Por outro lado, por trabalhar com a documentação do próprio registro de Sorocaba, KLEIN (1989) também não está apto a captar este fluxo marginal de animais. Uma série baseada exclusivamente nos registros de tropas guiadas pelo registro de Itapetininga, além de funcionar como uma extensão daquela elaborada por Lavalle para a primeira metade do século, também viabilizará um diálogo mais confiável com os resultados de Klein.

B – Apresentação da série

A série aqui apresentada foi elaborada tendo como base principal os mapas de tropas

---

padrão de sazonalidade nas passagens bastante diverso entre as duas modalidades parece corroborar a idéia de que há uma diferença mais essencial entre suas naturezas.

guiadas pelo registro, disponíveis para o período 1854/55-1857/58 e 1861/62-1868/69. Com relação ao período 1858/59-1860/61, durante o qual falham os mapas, utilizou-se os livros de termos de fiança para complementar, sem prejuízos, as informações. Tais livros também foram utilizados para cobrir falhas eventuais nos demais anos, onde elas se fizeram presentes, viabilizando a compilação completa da série, sem necessidade de recorrer a técnicas estatísticas de interpolação. Respeitou-se a periodização apresentada nos documentos originais, baseada em anos financeiros, que se iniciam em 1º de julho e terminam em 30 de junho do ano próximo.

TABELA 1

VOLUME DE ANIMAIS CONDUZIDOS ANUALMENTE PELO REGISTRO DE ITAPETININGA, 1854/55 – 1868/69

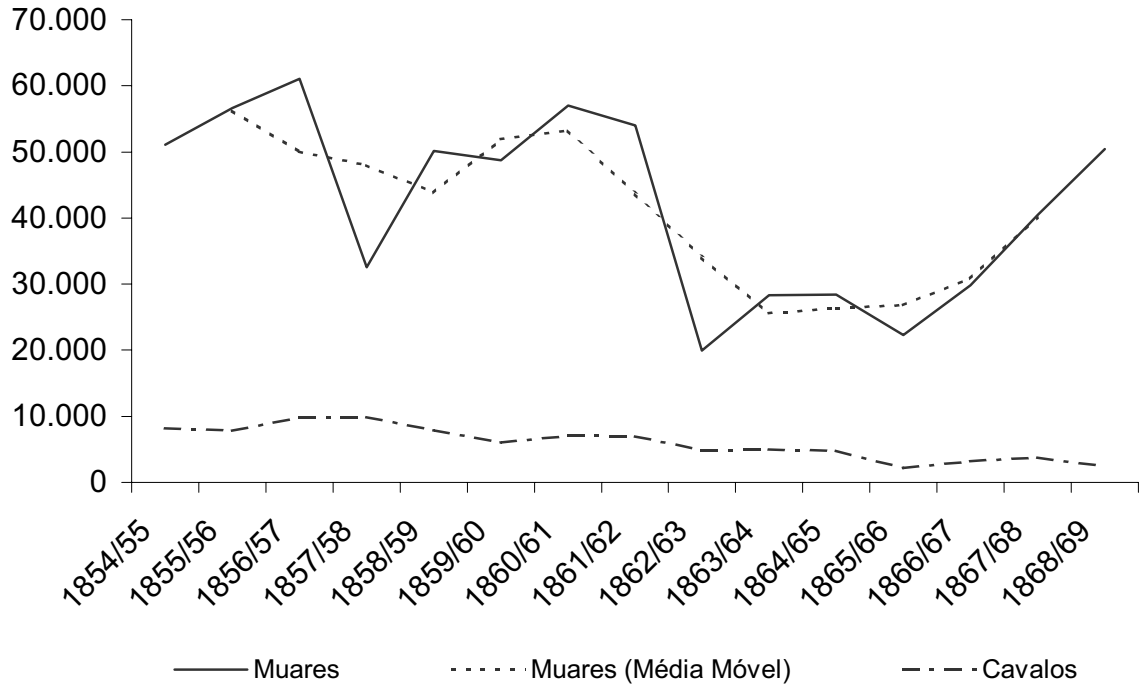
Ano Financeiro	Muares	Cavalos	Éguas	Total
1854/55	51.102	8.213	251	59.566
1855/56	56.645	7.808	122	64.575
1856/57	61.097	9.753	147	70.997
1857/58	32.549	9.835	278	42.662
1858/59	50.184	7.865	516	58.565
1859/60	48.720	6.006	245	54.971
1860/61	57.043	7.021	192	64.256
1861/62	54.001	6.980	343	61.324
1862/63	19.986	4.939	330	25.255
1863/64	28.285	4.943	128	33.356
1864/65	28.380	4.845	270	33.495
1865/66	22.254	2.201	54	24.509
1866/67	29.790	3.162	64	33.016
1867/68	40.464	3.807	98	44.369
1868/69	50.402	2.446	75	52.923

Os dados da tabela 1 evidenciam a magnitude do negócio dos muares durante as décadas de 1850 e 1860, atingindo seu ápice no ano de 1856/57, quando mais de 60 mil bestas passaram pelo registro. Este ápice foi seguido por uma queda abrupta no ano seguinte, porém

retornando posteriormente a altos patamares, até princípios da década de 60. A partir de 1862/63, uma crise de grandes proporções atinge o mercado, reduzindo o volume conduzido anualmente a menos da metade. A recuperação apenas viria no final da década, quando o mercado retoma os níveis do início do decênio. O volume de cavalos conduzidos pelo registro apresenta padrão ligeiramente diferente, declinando de forma mais suave, porém constante, desde seu pico do final da década de 1850 até o fim do período. Tais tendências podem ser melhor captadas através do gráfico 1, que exibe a evolução do volume de animais conduzidos. Em particular, a suavização da série dos muares através de um processo de médias móveis de três anos evidencia claramente as três etapas verificadas: apogeu, crise e recuperação.

GRÁFICO 1

VOLUME DE ANIMAIS CONDUZIDOS ANUALMENTE PELO REGISTRO DE ITAPETININGA, 1854/55 – 1868/69

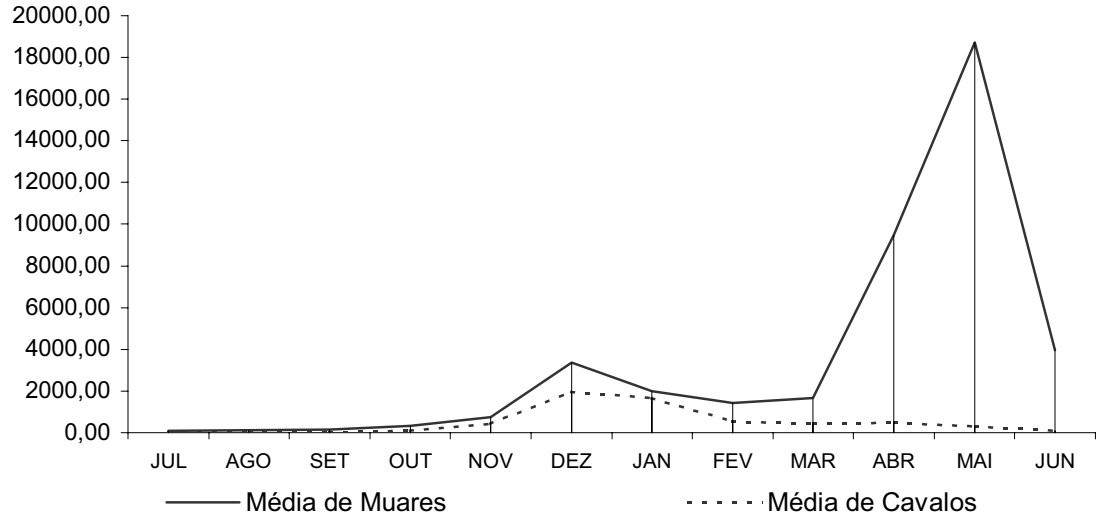


A sazonalidade na passagem das tropas pelo registro de Itapetininga apresenta um

padrão bastante semelhante ao encontrado por KLEIN (1989, pp. 358-361). O período de maior movimentação no mercado de muares encontra-se, sem dúvida, nos meses de abril e maio[19], com um pico de menor relevância ocorrendo também nos meses de dezembro e janeiro. Quando analisada em relação ao conjunto de todos os rebanhos, a sazonalidade na passagem de animais se mostra um pouco mais suave, embora apresentando os mesmos traços gerais. A razão fica clara quando se leva em conta o padrão apresentado pelas passagens de cavalos, cujo pico ocorre nos meses de dezembro e janeiro, aparecendo abril e maio como meses apenas medianos. Esta diferença nos padrões de sazonalidade pode apontar para a existência de estruturas de comercialização diversas entre os mercados de muares e cavalos.

GRÁFICO 2

MÉDIA DE ANIMAIS CONDUZIDOS PELO REGISTRO DE ITAPETININGA, SEGUNDO MESES DO ANO, 1854/55 – 1868/69



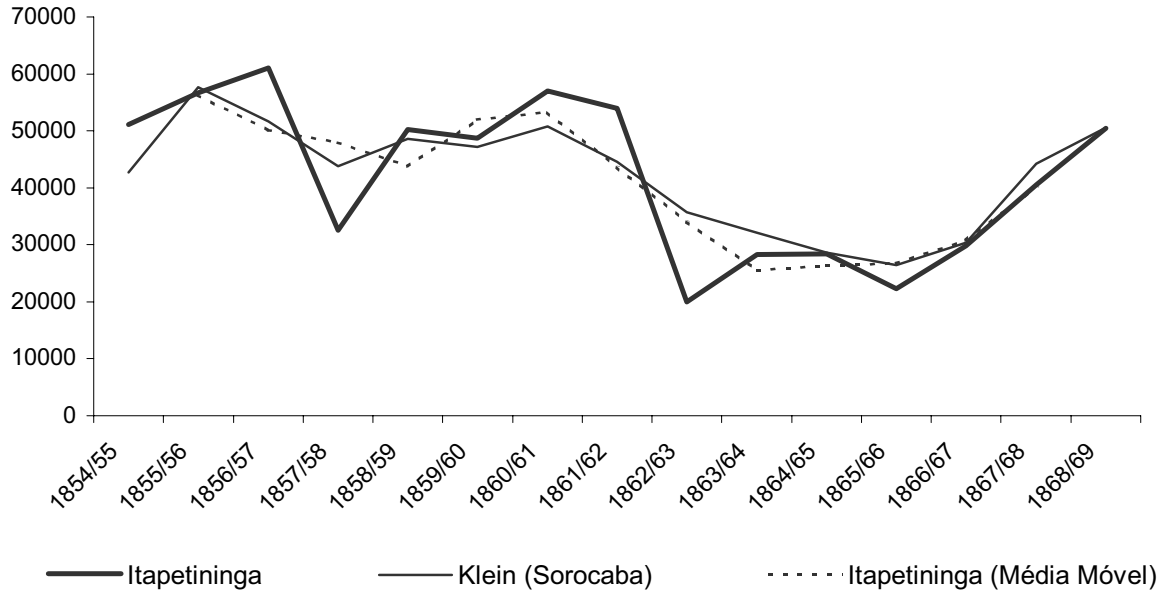
Confrontando a série aqui apresentada, baseada na documentação do registro de

[19] Tal fenômeno se explica por uma conjunção de fatores favoráveis: em primeiro lugar, a época do ano mais propícia para a condução das tropas pelo caminho do Viamão era a estação chuvosa (iniciada em setembro, aproximadamente), dado que, neste período, a fertilidade dos pastos estava em seu ponto máximo, facilitando a alimentação e engorda dos animais. Além disto, após o fim da estação chuvosa iniciava-se o período de colheita do açúcar e do café, para cujo transporte demandava-se os muares. Em estreita correlação com estes dois fatores, a feira de Sorocaba era realizada precisamente neste período (segundo trimestre de cada ano).

Itapetininga, com as estimativas propostas por KLEIN (1989, pp. 370-372) para o mesmo período, verifica-se uma evolução semelhante, em linhas gerais, conforme pode ser observado no gráfico 3. Entretanto, embora a tendência seja semelhante, as flutuações na série de Itapetininga são muito mais bruscas do que aquelas presentes na série de Klein, baseada nos registros de Sorocaba. Assim, embora a série de Klein também aponte uma queda no ano 1857/58, ela é muito menos pronunciada do que aquela verificada em nossa série. Da mesma forma, a crise da década de 1860 é precipitada de forma muito mais marcante em nossa série do que na série de Sorocaba. A comparação entre a série de Itapetininga ajustada com médias móveis de três anos e a série de Sorocaba parece fornecer ainda mais evidências de que o fluxo de Sorocaba reflete o de Itapetininga, porém de forma suavizada. A semelhança entre estas duas séries é notável, como se pode constatar através do gráfico 3.

GRÁFICO 3

VOLUME DE MUARES CONDUZIDOS PELOS REGISTROS DE ITAPETINGA E SOROCABA, 1854/55 – 1858/59



O que poderia explicar tal diferença nas flutuações entre as duas séries? Ao longo do

século XIX, paralelamente ao crescimento do negócio dos muares, parece ter se desenvolvido um sistema de comercialização bastante avançado em torno deste[20]. Ao menos no que tange aos negócios de grande porte, sua consumação envolvia diversas etapas, assim como exigia os esforços de vários indivíduos. Para que se tenha idéia da dimensão de uma operação de grande porte com tropas, suponhamos que o valor de venda médio de uma besta na feira de Sorocaba, a meados do século XIX, fosse de 50 mil réis[21]. Desta forma, uma tropa de 700 bestas – bastante comum – poderia ser negociada pela fabulosa quantia de 35 contos de réis. Em operações de semelhante vulto, é de se esperar que haja um cuidado especial para que a operação se realize nas melhores condições possíveis.

Após passar pelo registro de Itapetininga, situado próximo à fronteira com a província do Paraná, as tropas não eram necessariamente conduzidas à feira, de imediato. Poderiam ser colocadas em estações de invernagem da região, onde seriam adequadamente tratadas e ficariam à espera de condições de mercado mais favoráveis. A comparação entre as séries de Itapetininga e Sorocaba parece indicar ter sido esta prática bastante comum durante o período em estudo. Neste sentido, as flutuações menos intensas registradas no fluxo por Sorocaba estariam relacionadas a um controle da oferta nos mercados da cidade por parte dos negociantes de mulas, através da retenção de suas tropas nos pastos de invernagem da região meridional da província. Tal constatação, se confirmada, ofereceria evidências bastante claras acerca da complexidade do sistema de comercialização dos muares.

Ao tentar explicar a crise verificada durante a década de 1860, KLEIN (1989, p. 356) argumenta estar ela relacionada a distúrbios de oferta ("dificuldades climáticas e de

[20] Já durante a década de 1820 PETRONE (1976) pôde desvendar uma complexa estrutura de comercialização de tropas – envolvendo inclusive separação entre as atividades de condução e comercialização dos animais – através de sua análise da documentação pessoal de Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape, comerciante que desempenhou importante papel nesta atividade a princípios do século XIX. WESTPHALEN (1995) também fornece indícios da magnitude das estruturas econômicas montadas em torno dos grandes negócios com tropas a meados do século.

[21] PETRONE (1976, pp. 29) estima que, já na década de 1830, o preço de uma besta em Sorocaba oscilava entre 40 e 60 mil-réis.

produção") – embora não ofereça evidências em suporte a esta idéia. Entretanto, a dinâmica de passagem de tropas por Itapetininga parece apontar para uma outra possibilidade totalmente diversa. Considerando-se que o mercado consumidor – a demanda – está melhor representado pelas movimentações de Sorocaba do que de Itapetininga, dado que Sorocaba é o *locus* por excelência da comercialização dos animais, e aceitando-se ainda a evidência de que o fluxo de Sorocaba reflete as bruscas movimentações de Itapetininga, porém de forma diluída no tempo, seria de se esperar que uma crise de oferta, surgindo primeiramente em Itapetininga, seria gradualmente absorvida nas movimentações de Sorocaba.

Como pode ser visto no gráfico 3, não foi isso que ocorreu com a crise iniciada em 1861/62. Quando ocorre o brusco declínio na movimentação em Itapetininga, durante o ano financeiro 1862/63, o volume de muares conduzidos por Sorocaba já se encontra em franco declínio, suavizando sua queda já no ano seguinte, quando o fluxo em Itapetininga volta a tomar trajetória ascendente, até alcançar um patamar compatível com a movimentação de Sorocaba no ano financeiro 1864/65. Da mesma forma, a recuperação do mercado nos dois últimos anos do decênio é liderada por Sorocaba – provavelmente através da negociação do que restava dos estoques de animais acumulados no período 1858/59 – 1861/62 –, com o fluxo de Itapetininga ajustando-se gradualmente.

Estas evidências parecem indicar, ao contrário do proposto por Klein, que a crise da década de 1860 foi desencadeada primordialmente por fatores de demanda. Ainda como suporte adicional a esta idéia, vemos o presidente da província do Paraná, em um relatório referente ao ano financeiro 1862/63, recorrer à "crise havida o anno passado na feira de Sorocaba, que desanimou os negociantes de animaes..."[22] ao explicar a queda registrada na receita provincial. Tal crise ocorrera, portanto, na feira de 1862 – ano em que o fluxo em Sorocaba principia seu declínio, porém em Itapetininga ainda se mantém em níveis elevados.

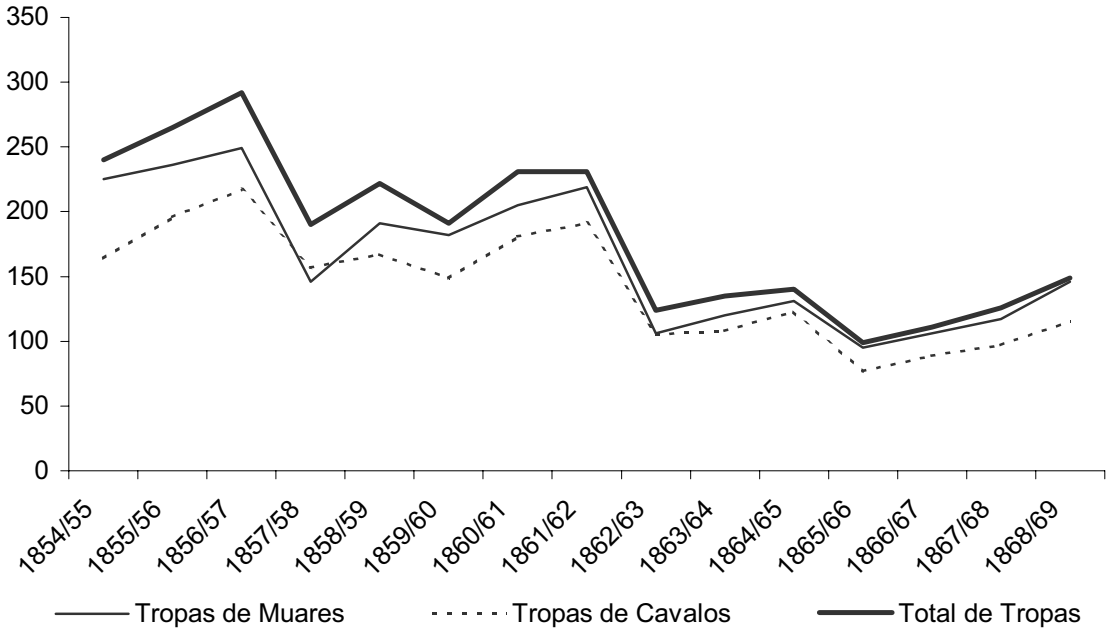
[22] Relatório do Presidente da Província do Paraná, 15 de fevereiro de 1863, p. 29.

IV – DISTRIBUIÇÃO DAS TROPAS E CONCENTRAÇÃO

Quando passamos a analisar o fluxo de animais pelo registro de Itapetininga sob a ótica do número de tropas conduzidas – e não em relação ao número total de animais, como vínhamos fazendo até agora – uma característica peculiar a esta perspectiva salta aos olhos, embora a tendência de evolução ao longo do tempo permaneça a mesma, em traços gerais. No gráfico 4 exibimos três séries relativas ao número de tropas conduzidas pelo registro durante o período. Em uma delas, isolamos apenas as tropas em que se verificou a existência de muares (independente da presença ou não de animais de outros rebanhos); em uma segunda série, fizemos o mesmo para as tropas contendo cavalos; por fim, a última série mostra a evolução do número total de tropas conduzidas pelo registro.

GRÁFICO 4

NÚMERO DE TROPAS CONDUZIDAS PELO REGISTRO DE ITAPETININGA, SEGUNDO REBANHO DE ANIMAIS, 1854/55-1868/69



Conforme podemos observar, o padrão de comportamento das três séries é similar. Não apenas suas flutuações ao longo do tempo assumem as mesmas formas, como também o próprio número absoluto de tropas conduzidas, em cada uma delas, é bastante semelhante. Esta constatação parece apontar de forma inequívoca para a existência de uma marcada interpenetração entre os dois rebanhos na composição das tropas conduzidas por Itapetininga. Com efeito, tal suspeita é confirmada quando separamos as tropas conduzidas no período em três categorias: aquelas compostas exclusivamente por muares, as compostas exclusivamente por cavalares (cavalos e éguas) e ainda um terceiro tipo, contendo animais de ambos os rebanhos, doravante denominadas tropas mistas. A distribuição das tropas de acordo com essa classificação é apresentada na tabela 2.

TABELA 2

NÚMERO TOTAL DE TROPAS CONDUZIDAS PELO REGISTRO DE ITAPETININGA, SEGUNDO COMPOSIÇÃO, 1854/55 – 1868/69

Tipo de Tropa	Nº Tropas	%	Nº Animais	%	Média p/ tropa
Apenas Muares	565	20,06	146.060	19,83	258,51
Muares e Cavalares	1.977	70,21	561.927	76,30	284,23
Apenas Cavalares	274	9,73	28.514	3,87	104,07
Total	2.816	100,00	736.501	100,00	

Pode-se verificar que as tropas mistas compõem mais de 70% do total das tropas passadas pelo registro de 1854/55 a 1868/69, respondendo por mais de 76% do total dos animais conduzidos no período. Assim sendo, a despeito da sazonalidade diversa apresentada pelo fluxo de rebanhos cavalares e muares, parece haver um grau razoável de integração entre os dois mercados – no caso específico, evidenciado pela participação de um grande número de negociantes em ambos. Esta constatação é importante para a análise da concentração do negócio dos animais através da distribuição do tamanho das tropas, dado que, se há uma

integração forte entre os dois rebanhos na composição das tropas conduzidas, seria pouco recomendável isolar apenas um deles para análise, sob pena de distorcer gravemente os resultados.

Uma tropa com menos de 50 muares e mais de 100 cavalos seria considerada pequena quando observada estritamente sob o ponto de vista do mercado de muares, porém torna-se uma tropa média quando vista em seu conjunto. Como estamos interessados em determinar a concentração de um negócio – um sistema econômico complexo –, tal separação provavelmente traria resultados menos confiáveis, dado que um grande negociante pode estar envolvido em transações com predominância de rebanho muar ou cavalar, alternativamente. Para confirmar tal asserção, consideremos ainda o seguinte: as tropas compostas por mais de 100 muares e menos de 20 cavalos – i.e., aquelas tropas mistas para as quais se pode afirmar, com alguma certeza, que os cavalares desempenham um papel meramente incidental – representam apenas 52,1% do total de tropas mistas conduzidas, apesar de responderem por mais de 75% do total de animais e mais de 84% do total dos muares. Desta forma, ainda restam 47,9% do total de tropas mistas, em cuja composição verifica-se um razoável equilíbrio entre os dois rebanhos. Na análise da concentração do negócio (segundo o tamanho das tropas) que pretendemos desenvolver, parece-nos essencial considerar juntamente ambos os rebanhos.

Dentro desta perspectiva, vejamos como se distribuem as tropas de acordo com seu tamanho, dividindo-as em quatro faixas: menos de 100 animais, entre 100 e 250 animais, entre 250 e 500 animais e mais de 500 animais. A tabela 3, onde tal distribuição é apresentada, fornece indícios claros acerca da presença de concentração no negócio de animais de carga. A participação de cada faixa no total das tropas e no total dos animais conduzidos evolui de maneira inversamente proporcional. A última faixa, onde são computadas as tropas grandes (mínimo de 500 animais), enquanto representa apenas 16,8% do total das tropas, é responsável por mais de 42% do total de animais, enquanto que a primeira faixa (menos de 100 animais), contendo quase 27% do total das tropas conduzidas, responde por pouco mais de 6% do total de animais.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DAS TROPAS CONDUZIDAS POR ITAPETININGA SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO, 1854/55 – 1868/69

Faixa	Nº Tropas	%	Nº Animais	%	Média p/ tropa
1-99	766	26,92	46.059	6,13	60,13
100-249	978	34,38	157.439	20,97	160,98
250-499	623	21,90	227.032	30,24	364,42
500 ou +	478	16,80	320.240	42,65	669,96
Total	2.845	100,00	750.770	100,00	

A presença constante de grandes negociantes, responsáveis isoladamente pelo comércio de enormes quantidades de animais, reflete-se em casos como o do Comandante Fidelis Nepomuceno Prates. Consta dos registros de Itapetininga que, a 24 de abril de 1861, Higino Jozé Rolim de Oliveira – tropeiro cujo nome aparece com freqüência nos registros – conduziu uma tropa de propriedade do comandante composta por nada menos que 1555 bestas, além de um cavalo. O valor dos direitos devidos por esta tropa, tão somente, aproxima-se da vultosa quantia de quatro contos de réis. Mais tarde, em 1867, vemos o referido comandante fazer passar mais uma tropa a 15 de dezembro, sempre pelas mãos de terceiros, desta vez contendo 1008 bestas e dois cavalos, para apenas três meses depois, a 20 de março de 1868, conduzir mais 1500 bestas e três cavalos. A 4 de janeiro do ano seguinte, o comandante marcaria presença mais uma vez, constando nos registros uma tropa de suas ordens composta por 1279 bestas e sete cavalos.

De menor expressão, porém igualmente ilustrativo, é o caso de Pedro Prestes da Silva, negociante domiciliado em Guarapuava que, ao contrário do Comandante Prates, conduzia ele próprio suas tropas. Consta dos registros que, a 13 de maio de 1866, conduziu ele uma tropa contendo 1068 mulas, além de dois cavalos e uma égua. No ano seguinte, Pedro fez mais uma aparição de vulto, conduzindo a 15 de junho uma tropa composta por 1124 bestas e 12 cavalos.

TABELA 4

NÚMERO ANUAL DE TROPAS E ANIMAIS CONDUZIDOS POR ITAPETININGA, SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO, 1854/55 – 1868/69

Ano	Tropas					Animais				
	1-99	100-249	250-499	500 +	Total	1-99	100-249	250-499	500 +	Total
1854/55	39	116	52	33	240	2.808	18.199	17.940	20.619	59.566
1855/56	64	108	58	35	265	3.950	16.832	20.740	23.053	64.575
1856/57	98	93	57	44	292	5.809	14.556	20.577	30.055	70.997
1857/58	58	69	44	19	190	3.372	11.274	16.393	11.623	42.662
1858/59	56	81	52	33	222	3.544	13.413	19.102	22.506	58.565
1859/60	35	69	54	33	191	2.245	11.927	18.664	22.135	54.971
1860/61	61	80	45	45	231	3.713	12.657	16.531	31.355	64.256
1861/62	71	64	53	43	231	3.833	10.203	19.244	28.044	61.324
1862/63	51	39	22	12	124	2.906	6.460	7.865	8.024	25.255
1863/64	49	42	22	22	135	2.735	6.473	7.898	16.250	33.356
1864/65	50	42	31	17	140	2.863	7.167	11.621	11.844	33.495
1865/66	32	31	25	11	99	1.884	4.972	9.172	8.481	24.509
1866/67	27	41	21	22	111	1.837	6.497	7.720	16.245	32.299
1867/68	27	32	32	35	126	1.655	5.369	12.252	25.093	44.369
1868/69	24	45	39	41	149	1.529	7.611	15.645	28.138	52.923

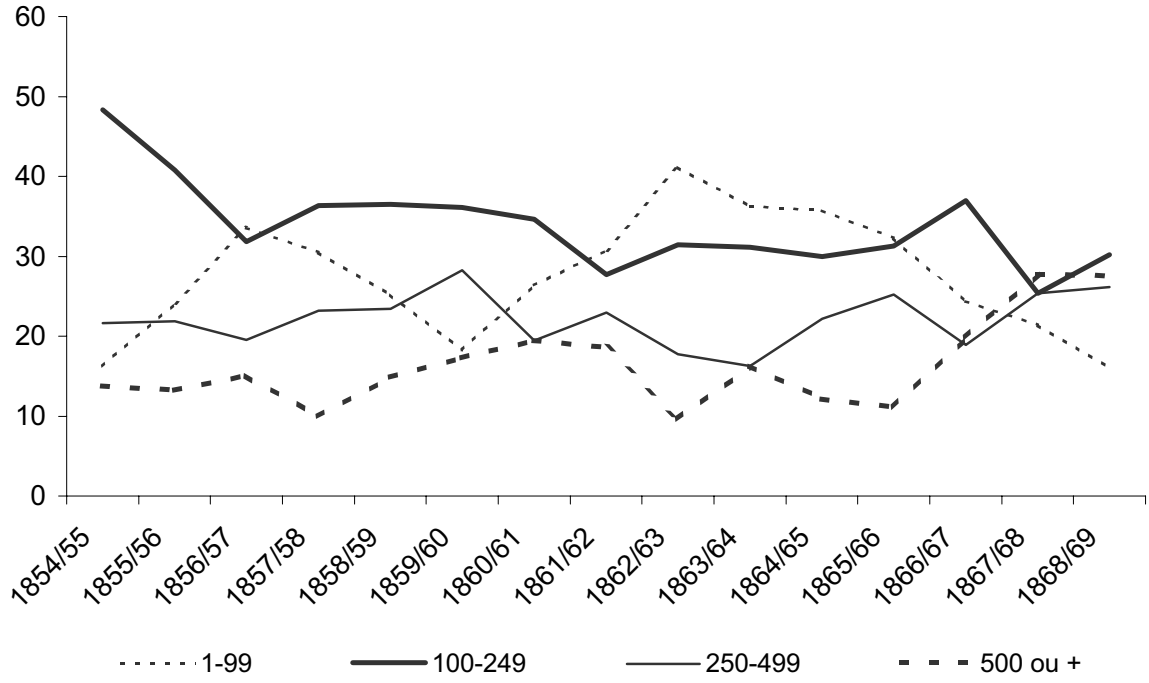
Quando se observa o comportamento da distribuição das tropas por faixas de tamanho ao longo do tempo, pode-se entrever alguns padrões interessantes. Os dados apresentados na tabela 4 evidenciam que a crise dos anos 60, embora tenha atingido os negociantes de todas as faixas, afetou-os de maneiras diversas. Isto é particularmente evidente nos números relativos ao total de animais, onde se verifica que, embora as duas faixas superiores tenham sido as mais afetadas pela crise, também foram elas as que responderam mais vigorosamente à recuperação no final da década, ao passo que as duas faixas inferiores, perdendo espaço de maneira mais gradual ao longo da década, não demonstram sinais claros de retomada das atividades no final do período.

Chama a atenção o fato de que a segunda faixa (composta por tropas médias de menor porte) demonstra uma tendência declinante ao longo de todo o período, reduzindo sua

participação mesmo durante o período de apogeu ao final da década de 1850. Isto é verdade tanto com relação ao número de tropas quanto ao volume de animais conduzidos. Tal tendência fica ainda mais clara ao se observar os gráficos 5 e 6, que exibem a evolução da participação relativa de cada faixa no total das tropas e dos animais conduzidos por Itapetininga, respectivamente.

GRÁFICO 5

PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO NÚMERO DE TROPAS CONDUZIDAS PELO REGISTRO DE ITAPETININGA, SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO, 1854/55-1868/69

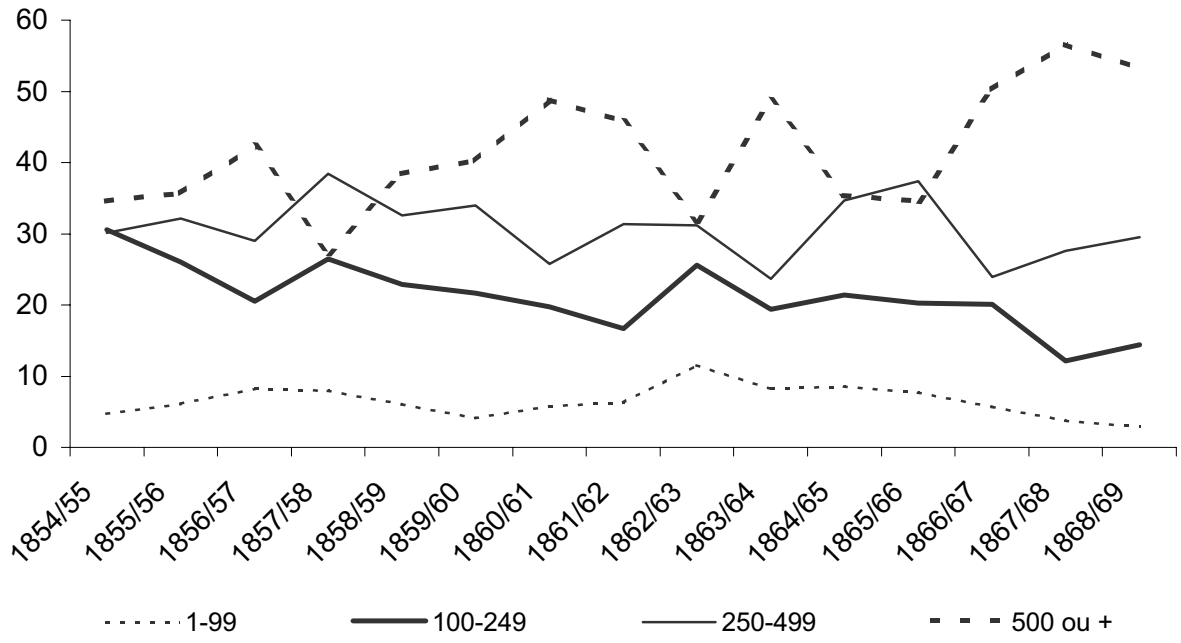


Como se pode inferir a partir dos gráficos, houve um marcado declínio na participação relativa da segunda faixa, cuja parcela parece ter sido absorvida pela última faixa (tropas grandes), em sua maior parte. No caso das tropas conduzidas, verifica-se um certo equilíbrio entre as diversas faixas no final do período, com a primeira e a terceira faixas logrando manter suas participações iniciais, apesar das flutuações. A primeira faixa, com

efeito, passa por uma fase de franca ascensão no início da década de 1860, entrando em declínio constante a partir do início da crise até o final do período. A segunda faixa, conforme mencionado, perde em posição relativa, enquanto que a última faixa melhora sua posição, especialmente nos últimos três anos.

GRÁFICO 6

PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO NÚMERO DE ANIMAIS CONDUZIDOS PELO REGISTRO DE ITAPETININGA, SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO, 1854/55-1868/69



A evolução das participações relativas no total de animais conduzidos apresenta um quadro ainda mais evidente. A terceira faixa, após algumas oscilações, mantém sua posição relativa. Tal não ocorre com a segunda faixa, que apresenta uma tendência declinante quase constante. A primeira faixa, contendo as tropas pequenas, após aumentar sensivelmente sua participação relativa no início da década de 60, perde espaço constantemente até o final do período. A parcela destas duas últimas parece ter sido absorvida, em grande medida, pelos

grandes negociantes de tropas, cuja participação relativa, após muita oscilação, aumenta sensivelmente nos últimos três anos do período estudado.

Entretanto, quando abandonamos a classificação das tropas segundo faixas de tamanho, surgem algumas evidências diversas quanto à estruturação do mercado de animais. Na tabela 5 apresentamos a evolução anual dos índices de GINI calculados sobre a distribuição das tropas, como estimativa do grau de concentração do negócio. Como se pode observar, o grau de concentração acompanha, aproximadamente, as movimentações no volume de animais conduzidos, até o ano financeiro 1861/62 – justamente quando surgem os primeiros sintomas de crise em Sorocaba. Esta evidência pode indicar que, até a deflagração da crise na década de 60, as oscilações no mercado de animais, tanto para cima quanto para baixo, eram absorvidas em grande medida pelos comerciantes de grande porte – asserção corroborada pela evolução apresentada nos gráficos 5 e 6.

TABELA 5

INDÍCE DE GINI PARA A DISTRIBUIÇÃO DAS TROPAS CONDUZIDAS POR ITAPETININGA, SEGUNDO SEU TAMANHO, 1854/55 – 1868/69

Ano Financeiro	Índice de GINI	Volume conduzido
1854/55	0,390	59.566
1855/56	0,435	64.575
1856/57	0,480	70.997
1857/58	0,433	42.662
1858/59	0,436	58.565
1859/60	0,397	54.971
1860/61	0,465	64.256
1861/62	0,467	61.324
1862/63	0,481	25.255
1863/64	0,517	33.356
1864/65	0,474	33.495
1865/66	0,473	24.509
1866/67	0,465	32.299
1867/68	0,431	44.369
1868/69	0,399	52.923

Tal padrão é rompido em 1861/62, quando concentração e volume conduzido andam em direções opostas, embora as mudanças relativas sejam pouco significativas. No ano 1862/63 tal tendência se agrava, caindo o volume conduzido a menos da metade do verificado no ano anterior, enquanto que o índice de concentração aumenta significativamente. Também no ano seguinte, acompanhando a discreta recuperação no fluxo de animais, a concentração cresce ainda mais, atingindo seu ponto máximo no período. A partir de 1864/65, entretanto, o índice de concentração inicia um declínio que se estenderá até o fim do período, enquanto que o volume conduzido, à exceção do ano 1865/66, crescerá continuamente.

Tal constatação é bastante intrigante no que se refere aos três últimos anos da série - o período de recuperação da crise, para o qual os gráficos 5 e 6 demonstram crescente predomínio dos grandes negociantes no total do comércio. Aparentemente, a explicação para esta evidência aparentemente contraditória repousa em menor concentração na distribuição das tropas dentro de cada faixa. O número médio de animais conduzidos por tropa dentro da última faixa – aquela contendo as grandes tropas –, após atingir 771 animais em 1855/56, cai para pouco mais 738 e 717 nos dois anos seguintes, registrando no último ano da série apenas 666 animais por tropa. Em outras palavras, embora a participação dos grandes negociantes no total de animais conduzidos tenha aumentado no final do período, sua participação no total das tropas aumentou mais do que proporcionalmente, levando a um menor nível de concentração dentro da própria classe. A mesma explicação, em sentido oposto, vale para explicar a quebra de 1862/63 - o número de tropas caiu mais do que proporcionalmente ao número de animais, levando a maior concentração, embora neste ano isto tenha ocorrido em todas as faixas, à exceção da terceira. Assim sendo, parece possível aventar a hipótese de que a crise, ao eliminar os negociantes de menor fôlego, teria fortalecido a posição daqueles de maior porte, conduzindo a maior concorrência nas camadas superiores do negócio.

A análise de concentração aqui desenvolvida – baseada exclusivamente na distribuição do tamanho das tropas, sem considerar informações sobre a propriedade destas – oferece apenas uma representação aproximada das nuances estruturais do negócio de animais

no período. Ao deixar de lado a possibilidade de que um dado negociante possa ter conduzido mais de uma tropa em um mesmo ano financeiro, introduzimos claramente um viés de baixa em nossas estimativas. Entretanto, as altas exigências de uma transação com tropas, tanto em termos de tempo quanto de recursos financeiros, tendem a reduzir significativamente a magnitude deste viés. De fato, casos como o do Comandante Prates, que em um mesmo ano financeiro pôde conduzir duas tropas com mais de mil animais cada, parecem ter sido a exceção, e não a regra. Desta forma, acreditamos que as estimativas aqui apresentadas representam um quadro no mínimo bastante acurado acerca da evolução da estrutura do mercado de animais no terceiro quartel do século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. de *Achegas à biografia do Barão de Antonina*. Revista do Arquivo Municipal, CXVI, São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1947.

CALÓGERAS, J. P. *Transportes arcaicos no Brasil*. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, a. II, n. 23, fev. 1945, pp. 1670-1677.

COSTA, H. M. *As barreiras de São Paulo*: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX. Dissertação de Mestrado, Departamento de História da FFLCH/USP, 1984.

ELLIS JR., A. *O ciclo do muar*. Revista de História, a. I, jan-mar 1950, pp. 73-81.

ELLIS JR., A. *A economia paulista no século XVIII:* o ciclo do muar, o ciclo do açúcar. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

KLEIN, H. S. *A oferta de muares no Brasil central*: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. Estudos Econômicos, v. 19, n. 2, mai-ago 1989.

LAVALLE, A. M. *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro (1830-1854)*. Tese de Livre Docência, UFPR, 1974.

MOREIRA, J. E. *Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá*. Curitiba: Imprensa Oficial, 3 v., 1975.

MÜLLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

PETRONE, M. T. S. *O Barão de Iguape, um empresário da época da Independência*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Relatório dos Presidentes das Províncias de São Paulo e Paraná, in http://brazil.crl.edu/content/provopen.htm (cf. consultado em 03/2005).

WESTPHALEN, C. M. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995.